

Eixo 2 - Políticas educacionais

A condição socioeconômica e cultural e o acesso à educação básica

Hilda Maria Gonçalves da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, HMG. A condição socioeconômica e cultural e o acesso à educação básica. In: DAVID, CM., *et al.*, orgs. *Desafios contemporâneos da educação* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Desafios contemporâneos collection, pp. 177-191. ISBN 978-85-7983-622-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A condição socioeconômica e cultural e o acesso à educação básica

Hilda Maria Gonçalves da Silva¹

Este texto visa contribuir para ampliar a compreensão e insistir no debate sobre a influência exercida pelas questões sociais, notadamente aquelas decorrentes das condições socioeconômicas e culturais, sobre o nível de escolarização dos adolescentes e jovens no Brasil. Essa temática será abordada no âmbito da desigualdade de acesso real à educação básica. Para auxiliar a abordagem aqui proposta, utilizaremos dados numéricos reveladores da atual situação apresentada pelo Brasil, os quais serão analisados à luz dos conceitos teóricos desenvolvidos, entre outros, pelos estudos de Pierre Bourdieu (1982, 2008a, 2008b, 2009) acerca da relação existente entre a condição de classe e o acesso à educação escolar.

Sobre essas questões, os dados dos mais diversos órgãos de pesquisa acerca do acesso à educação têm demonstrado, repetidas vezes, como as condições socioeconômicas e culturais continuam se configurado como fatores quase determinantes do acesso de adolescentes e jovens àquilo que se considera hoje formação fundamental, ou seja, a conclusão da educação básica.

1 Doutora em Educação Escolar e professora do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas da Unesp, câmpus de Franca. *E-mail*: hilda_gs@yahoo.com.br.

Nessa perspectiva, embora alguns dados demonstrem que a desigualdade social em nosso país esteja encolhendo, esse processo tem sido muito tímido e, no que se refere aos seus reflexos na educação, não há muito para comemorar. A distância entre ricos e pobres no Brasil continua favorecendo a disseminação de sujeitos de segunda classe, privados dos direitos fundamentais – saúde, educação, habitação etc. A esses sujeitos não é proporcionada a possibilidade de se configurarem como cidadãos plenos, *status* que ademais é exigência de uma sociedade que se quer democrática.

Temos no Brasil um círculo vicioso, no qual a desigualdade social favorece a dicotomia entre os direitos dos pobres e dos ricos. Ou seja, a população economicamente menos favorecida não tem acesso real a muitos dos direitos considerados fundamentais pela própria Constituição. Dentre tais direitos, cabe destacar aqui o acesso à educação enquanto direito social fundamental, uma conquista que, se efetivada, seria potencializadora da inserção social dos sujeitos como cidadãos plenos. Essa população excluída de alguns dos direitos fundamentais exerce, então, uma cidadania marginal.

Sobre esse persistente problema na constituição da sociedade brasileira, José Murilo de Carvalho destaca:

a incapacidade do sistema representativo de produzir resultados que impliquem a redução da desigualdade e o fim da divisão dos brasileiros em castas separadas pela educação, pela renda, pela cor. José Bonifácio afirmou, em representação enviada à Assembleia Constituinte de 1823, que a escravidão era um câncer que corroía nossa vida cívica e impedia a construção da nação. A desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática. A escravidão foi abolida 65 anos após a advertência de José Bonifácio. A precária democracia de hoje não sobreviveria à espera tão longa para extirpar o câncer da desigualdade. (Carvalho, 2006, p.229)

Desse modo, como aponta Carvalho, a histórica desigualdade social no Brasil, bem como a dificuldade do Estado em promover um mínimo de justiça social, têm contribuído para a manutenção de “uma democracia pela metade” (ibid.). O principal objeto de inquietação deste texto é precisamente essa dificuldade que o Estado brasileiro apresenta no sentido de promover uma maior justiça social, notadamente no que se refere ao direito ao acesso de todos os adolescentes e jovens à Educação Básica.

Na busca pela promoção da educação de qualidade, temos, nos últimos anos, um cenário de quase estagnação, no que se refere ao avanço do acesso real dos jovens entre 15 e 24 anos² ao Ensino Básico, sobretudo em suas séries finais. Alguns fatores parecem contribuir para a configuração desse quadro. Senão vejamos.

Temos em curso um processo de individualização das responsabilidades, ou seja, tributa-se ao aluno, ao professor, ou à escola – na figura de seu diretor – a responsabilização pela oferta, ou pela ausência, de uma educação de qualidade. A adoção dessa estratégia, a qual, como sabemos, comporta um caráter ideológico, tem se configurado como um processo de isenção do Estado na promoção de políticas educacionais mais efetivas.

Os contornos assumidos pelas políticas públicas orientadas pela ideologia neoliberal no que se refere às propostas educacionais no Brasil têm resultado na individualização de problemas que são de caráter nacional (Bruno, 1996). Ou seja, problemas gerados pela insuficiência de investimento do Estado em educação têm sido enfrentados hoje como deficiências individuais localizadas.

Esse encaminhamento unilateral acaba por separar as questões colocadas para a escola dos problemas sociais. Isso porque

2 Adotaremos neste texto o recorte de idade entre 15 e 24 anos, porque pretendemos dar ênfase ao acesso ao Ensino Médio. Embora em condições ideais essa etapa compreenda os adolescentes entre 15 e 17 anos, na realidade brasileira, devido à disparidade existente entre faixa etária e série, acaba por abranger em grande parte os jovens entre 18 e 24 anos.

focaliza a causa desses problemas na gestão da escola, na formação dos professores, nas matrizes curriculares, os quais ademais são problemas concretos, mas não únicos e menos ainda determinantes (do nosso ponto de vista) do fosso que persiste, por exemplo, em relação ao acesso dos diferentes segmentos sociais ao Ensino Médio, às creches e ao ensino superior.

Um dos reflexos inevitáveis desse direcionamento consiste justamente em negligenciar o fator da desigualdade socioeconômica na elaboração das políticas públicas para educação. Isso porque tais políticas têm sido construídas, implementadas e, reiteradamente, têm desconsiderado a importância desse aspecto social.

Não obstante, acreditamos que a desigualdade socioeconômica permanece como um importante obstáculo à promoção do acesso real dos adolescentes e jovens à educação de qualidade. Desse modo, faz-se necessário insistir na sua relevância, na medida em que as políticas públicas, para obterem sucesso, deverão conferir maior atenção a essa questão.

Para seguir adiante com essa reflexão, consideramos importante trazer alguns índices numéricos referentes à relação entre a condição social e o acesso/exclusão à educação básica. Para isso, tomaremos como referência os dados mais recentes da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio (Pnad), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – e, ainda, alguns números apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Vejamos inicialmente o cenário brasileiro da desigualdade socioeconômica. Os dados da Pnad (2012) demonstram que a média da renda *per capita* dos arranjos familiares que compõem o segmento dos 20% mais pobres da população é 16,46 vezes menor do que a renda dos segmentos que integram os 20% mais ricos. Essa disparidade de rendimentos é bem maior que a verificada em países como a Argentina e o México, para ficarmos somente na América Latina.

Não é novidade afirmar que os baixos rendimentos das famílias colocam os adolescentes e os jovens mais cedo no mercado de trabalho, em condições, na maioria das vezes precárias, com jornadas extensas (em torno de 40 horas semanais) e com baixíssimos salários. O resultado dessa equação é que o desgaste provocado por essas condições de trabalho contribui sobremaneira para o abandono dos estudos (Pochmann, 2005, p.4-10).

Apesar de ser hoje a sétima economia mundial, superada somente por Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, França e Reino Unido, o Brasil possui uma desigualdade de renda bastante superior a essas nações, como mostra o Coeficiente de Gini, que mede desigualdade de renda familiar *per capita* dos países em uma escala de zero a um, sendo que quanto menor o índice menos desigual o país. Segundo esse indicador, o Brasil registrou, em 2011, um coeficiente de 0,50. A China, que registra o mais alto índice entre as economias destacadas, apresentou o índice de 0,47. Entre os países da América Latina, a Argentina teve 0,44 e o México, 0,48.

Essa desigualdade está expressa também na Pnad de 2011,³ que revelou o índice das carências sociais dos brasileiros, levantando entre outros aspectos os índices do atraso educacional no Brasil, como se verifica abaixo:

Tabela 1. População brasileira de acordo com as carências sociais e os rendimentos em 2011 (em %)

	Atraso educacional	Acesso à seguridade	Acesso aos serviços básicos	Rendimentos inferiores a 60% da mediana	Ao menos uma das características
2011	31,2	21,3	32,2	29,8	58,4

Fonte: IBGE – Pnad 2012.

³ Trata-se dos dados da Pesquisa de Amostra de domicílios (Pnad), mais recentes disponibilizados pelo IBGE.

Essa tabela aponta os dados da inserção social relativos ao ano de 2011, por meio da avaliação do acesso aos serviços básicos, à seguridade e à educação, considerando também a vulnerabilidade social relativa aos rendimentos. E, em 2011, tínhamos um percentual de 58,4% da população excluída de ao menos um dos direitos sociais pesquisados pela Pnad. Como podemos observar os mais altos índices de exclusão se referem ao acesso aos serviços básicos, ou seja, ao saneamento e à energia elétrica, benefícios aos quais 32,2% da população não têm acesso. Em relação aos rendimentos, nota-se que 29,8% da população possuía, em 2011, rendimentos abaixo de 60% da média do país, o que implica dizer que seus rendimentos mensais eram inferiores a 3/5 do salário mínimo (menos de R\$ 327,00).

No que se refere ao âmbito educacional, objeto mais específico dessa discussão, os dados são reveladores. Nesse sentido, observamos um atraso educacional de 31,2%, sendo que essa análise da Pnad foi composta dos seguintes elementos: número de crianças entre 6 e 14 anos que não frequentavam a escola; jovens com 16 anos ou mais que não possuíam Ensino Fundamental completo ou com 15 anos ou mais analfabetos.

Os dados do Coeficiente de Gini, bem como aqueles sobre os índices de carência social da Pnad de 2011, assinalam a atualidade da expressão que define o Brasil como “um país rico de pobres”. Ou seja, a posição de sétima economia mundial não tem sido equivalente à qualidade de vida para uma parcela significativa da população.

Cumpra aqui retomar o problema da necessidade de um investimento intenso em políticas sociais que se configurem de fato como universais. Faz-se necessário garantir uma redução drástica da desigualdade social que segue caracterizando a sociedade brasileira. Na educação, isso significa universalizar a Educação Básica e pelo menos dobrar o acesso à educação superior.

Nessa perspectiva, Lavinás (2004, p.23) afirma que as políticas sociais que podem ser definidas de fato como universais (aquelas que não apresentam focalizações internas) são praticamente inexistentes no Brasil, uma vez que a focalização interna das diferentes políticas sociais tem se configurado uma prática comum. Prática essa adotada “em nome da eficácia do gasto público”.

Lavinás (ibid.) defende a adoção de políticas universais e afirma que a Europa segue com essa diretriz, apesar de toda a pressão atual em nome da focalização das políticas sociais. A autora aponta ainda para o fato de que as políticas redistributivas universais deveriam caminhar para garantir a redução da desigualdade social, por meio de uma renda básica universal, capaz de promover “efeitos substantivos na redução da desigualdade no país”.

No Brasil, no âmbito das políticas públicas para a educação, verifica-se a retração daquelas políticas universais. O que se observa aqui é uma tendência que caminha no sentido da implementação de propostas focalizadas, as quais têm contribuído para uma precarização generalizada no atendimento à demanda das diferentes etapas da educação básica.

Essa tendência vem promovendo a manutenção de uma dicotomia ao longo da história da educação no Brasil. De um lado, temos o acesso substancial à educação de qualidade para os segmentos mais favorecidos economicamente. De outro lado, temos a possibilidade formal de acesso para as camadas populares, a qual, entretanto, desconsidera todos os empecilhos vinculados a sua condição social, que, na maioria das vezes, impedem a concretização do seu acesso real.

No processo de implementação das políticas focalizadas, temos um quadro no qual as atenções ou se voltam para o processo de alfabetização, ou visam à Educação Infantil, ou ainda

buscam atender ao segundo ciclo do Ensino Fundamental. Tal encaminhamento das políticas públicas conduz, inevitavelmente, a uma considerável perda do necessário investimento integral e sistemático nas diferentes etapas da educação básica.

O resultado dessa opção política se traduz na seguinte realidade: enquanto se cuida de uma etapa da formação, ou enquanto se investe em um determinado segmento, outras etapas ou segmentos são negligenciados. Tudo isso ocorre em nome de um pragmatismo cujos resultados consistem em um atendimento fragmentado e, ironicamente, ineficaz.

Nesse sentido, acreditamos que a promoção de políticas públicas para a educação básica precisa abarcar todo o conjunto/ etapas dessa formação. Isso é necessário, sob pena de tornar os investimentos nesse setor improfícuos, o que contribui para um atraso ainda maior do nosso lento processo de redução das injustiças sociais.

Quando se busca a aferição dos dados relativos ao avanço nos índices de acesso real à educação, observamos a existência de um esforço constante por parte dos institutos oficiais de pesquisa em demonstrar os progressos alcançados. Não obstante, tais avanços, quando ocorrem, têm-se mostrado bastante tímidos, especialmente no que se refere aos dados apresentados nos últimos anos.

Conforme já tínhamos apontado inicialmente, nosso enfoque aqui tem como recorte o acesso real dos jovens, com idade entre 15 e 24 anos, à educação básica, mais especificamente à sua última etapa, qual seja o Ensino Médio. A esse respeito, os números não são muito animadores, sobretudo no que se refere ao impacto que as políticas públicas implementadas até o momento têm sido capazes de promover. Senão vejamos.

Tratemos primeiro do avanço ocorrido em relação às matrículas desse segmento etário. Cumpre lembrar que a legislação atual

prevê o ano de 2016 como data limite para a garantia da universalização do acesso à educação para a faixa etária entre 4 e 17 anos. Isso porque a Emenda Constitucional n.59, de 11 novembro de 2009, tornou obrigatória a educação para essa faixa etária.

Os últimos dados da Pnad (2012) demonstram que houve entre 2009 e 2011 uma redução na frequência escolar para a população com idade entre 15 e 17 anos. Isso ocorreu também para o segmento de quem tem entre 18 e 24 anos.

Tabela 2. Frequência de adolescentes e jovens aos estabelecimentos de ensino de acordo com a faixa etária (em %)

	2009	2011
Adolescentes entre 15 e 17 anos	86,2	83,7
Jovens entre 18 e 24 anos	31,3	28,9

Fonte: IBGE – Pnad: 2010 e 2012.

Os dados da tabela revelam uma redução superior a dois pontos percentuais na frequência escolar dos adolescentes e jovens no intervalo entre os anos de 2009 e 2011. Acreditamos que, entre outros, dois fatores influenciam sobremaneira esse quadro de abandono dos estudos por parte dos jovens e adolescentes, fenômeno denominado por Bourdieu (2009) de “autoeliminação”.

Um dos fatores consiste na falta de perspectiva em relação à possibilidade real de acesso ao ensino superior, uma vez que apenas 14,05% dos jovens entre 18 e 24 anos o frequentam. Junte-se a isso o fato de que somente 51,8% dos adolescentes entre 15 e 17 anos frequentarem a etapa ideal de ensino para essa faixa etária, o Ensino Médio.

Nessa perspectiva, corroboramos as afirmações de Bourdieu (2009) acerca da percepção, por parte dos estudantes, das possibilidades concretas de sucesso escolar, as quais interferem de modo decisivo nas atitudes dos educandos em relação ao prosseguimento dos estudos. Para esse pesquisador:

as disposições negativas no tocante à escola que levam a maioria das crianças das classes e frações de classes mais desfavorecidas culturalmente à auto- eliminação, como, por exemplo, à depreciação de si mesmo, a desvalorização da escola e de suas sanções ou à resignação ao fracasso e à exclusão, devem ser compreendidas em termos de uma antecipação fundada na estimativa inconsciente das probabilidades objetivas de êxito viáveis para o conjunto da categoria social [...]. (Bourdieu, 2009, p.310)

Acreditamos que os baixos índices de jovens que concluem o Ensino Médio no Brasil têm como uma das explicações possíveis a “estimativa inconsciente” ou consciente das suas possibilidades concretas de obter sucesso, não somente acadêmico, mas social, por meio do esforço dedicado à escolarização. Nesse sentido, a percepção, por esses jovens, do expressivo contingente de pessoas que não concluem ou, por diversas razões, são impedidas de concluir a educação básica, promove de certo modo uma “naturalização” dessa situação – uma dinâmica que acaba se configurando como um círculo vicioso de percepção da exclusão/autoexclusão/manutenção da exclusão.

Um segundo fator que exerce forte influência sobre a frequência escolar dos adolescentes e jovens consiste na necessidade enfrentada por esse segmento etário de ingressar precocemente no mercado de trabalho. Tal necessidade decorre principalmente em função dos baixos rendimentos familiares.

No Brasil, em 2011, segundo fontes da Pnad, aproximadamente 50% dos jovens entre 16 e 24 anos estão inseridos no mercado de trabalho. Se considerarmos a faixa entre 16 e 17 anos, o percentual é de 28,6%, o que é considerado bastante expressivo se ponderamos que essa faixa etária, mesmo em condições ideais, ainda não teria concluído a educação básica. Para nos determos um pouco mais nessa questão, vejamos os seguintes dados:

Tabela 3. Situação da população de 16 a 24 anos em 2011 (em %)

	Apenas estudam	Apenas trabalham	Trabalham e estudam	Não trabalham, nem estudam
Jovens de 16 a 24 anos	30,9	34,6	15,5	19,1
Adolescentes de 16 a 17 anos	59,5	8,6	20	11,9
Jovens de 18 a 24 anos	14,4	47,8	14,5	23,3

Fonte: IBGE-Pnad 2012.

Como mostra a tabela, em 2011, 34,6% dos jovens de 16 a 24 anos apenas trabalhavam, um percentual que, de acordo com a própria Pnad, aumentou na última década, pois em 2001 a taxa era de 32% – um acréscimo de 2,6 pontos percentuais.

No que se refere aos adolescentes entre 16 e 17 anos, o percentual daqueles que trabalham e não estudam é bem menor, de 8,6%. Contudo, se acrescentarmos os 11,9% que compõem o contingente de adolescentes identificados como “geração nem, nem”, ou seja, que não estão inseridos no mercado de trabalho e não frequentam a escola, teremos então um índice de 20,5% excluídos da educação básica. Esse é um percentual significativo se considerarmos a emenda constitucional n.59, comentada nas linhas acima.

No entanto, se nos detivermos nos dados referentes aos jovens de 18 a 24 anos, 47,8% trabalham e somente 54,2% (Pnad, 2012) deles 11 anos de estudos ou mais – ou seja, 45,8% não concluíram a educação básica. Além disso, a pesquisa aponta que apenas 28,9% nessa faixa etária eram estudantes. Cumpre, assim, ressaltar que nossa preocupação está justamente nesse estrangulamento que se verifica no acesso ao Ensino Médio, o qual tem início entre os 15 e 17 anos, alcançando seu ápice entre os jovens dessa faixa etária.

Insistimos sobre o fato de que a presença dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho, em regra, tem vínculo estreito

com as condições sociais de suas famílias. É claro que há exceções, como o caso de jovens que buscam o primeiro emprego para satisfazer “caprichos” pessoais de bens de consumo supérfluos que suas famílias não podem ou não querem lhes oferecer. Mas, de um modo geral, esse ingresso não se configura em “uma escolha, mas em uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se construiu no Brasil” (Frigotto, 2004, p.181). Nesse sentido, como defende Pochmann (2000, p.31), a inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro é caracterizada por uma trajetória marginal. Nas palavras desse pesquisador:

A colocação do jovem no mercado de trabalho no Brasil não deixa de expressar direta ou indiretamente as condições prévias da vida familiar, quanto à raça, à origem geográfica e à base socioeconômica. [...] O funcionamento do mercado de trabalho é desfavorável ao jovem. Diante da constante presença de um excedente de mão de obra no mercado, o jovem encontra as piores condições de competição em relação aos adultos, tendo de assumir funções, na maioria das vezes, de qualidade inferior na estrutura das empresas.

Pochmann (2000, p.9) destaca ainda a importância do primeiro emprego na constituição da história profissional dos indivíduos. O autor considera que “o ingresso precário e antecipado do jovem no mundo do trabalho pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho profissional”.

Nessa perspectiva, esse texto se preocupa com a condição de inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho, a qual, por sua precariedade, dificulta o prosseguimento dos estudos. Cumpre apontar aqui que 72,7%, dos trabalhadores de 16 a 24 anos exerciam uma jornada de 40 horas ou mais de trabalho por semana. É importante destacar ainda que 43% deles possuíam um rendimento inferior a um salário mínimo.

Temos então a composição de outro círculo vicioso, na medida em que uma jornada de trabalho extensa é fator desfavorável à conciliação entre estudo e emprego (Pochmann, 2000; Castro, 2009; e Frigotto, 2004). O resultado desse quadro é a restrição das possibilidades de avanço escolar para esses jovens e, para além dessa constatação, observamos que o abandono dos estudos reduz as probabilidades de conquista de uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Diante do exposto até aqui, acerca da persistência dos baixos índices de jovens de até 24 anos que apresentam Ensino Médio completo, ou seja, o fato de ainda hoje somente metade deles ter concluído a formação educacional básica, bem como do inexpressivo avanço do acesso de adolescentes e jovens a essa etapa de ensino, insistimos na necessidade de reorientação das políticas públicas para a educação básica.

Faz-se necessário que essas políticas sejam pensadas para além da oferta de vagas. Ou seja, a elaboração dessas políticas deve propor ações que reduzam as expectativas negativas de acesso real ao Ensino Médio.

Cumpre aqui insistir, mais uma vez, para a significativa influência exercida pelas questões socioeconômicas e culturais sobre as possibilidades de acesso real dos adolescentes e jovens ao Ensino Médio. Nessa perspectiva, as propostas políticas para Ensino Médio precisam ter entre suas preocupações o fato de “o desejo razoável de ascensão através da escola não pode existir enquanto as chances objetivas de êxito forem ínfimas” (Bourdieu, 2008a, p.48). Precisam ainda compreender que as classes populares, “embora ignorando completamente as estatísticas” – as quais, em nosso país, demonstram que nos segmentos menos favorecidos da população somente 36,8% dos adolescentes de 15 a 17 anos frequentam o Ensino Médio (Pnad, 2012) –, “regulam seu comportamento objetivamente pela estimativa empírica

dessas esperanças objetivas, comuns a todos os indivíduos de sua categoria” (ibid., p.48-49).

Finalmente, faz-se necessário destacar que, ao permanecer ignorando questões cruciais como essas na elaboração e implementação das políticas públicas para a educação, políticos e gestores seguem contribuindo para a perpetuação de “uma democracia pela metade”, a qual foi explicitada por José Murilo de Carvalho (2006), em seu livro *Cidadania no Brasil*, mencionado anteriormente.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- _____. *Escritos de educação*. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2008a.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2008b.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BRASIL. Emenda Constitucional n.59. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- _____. IBGE/PNAD. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- _____. IBGE/PNAD. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2013.
- BRUNO, L. *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1996.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 4.ed. Petrópolis: Vozes. 1998.

- COSTA, J. F. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.75-88.
- FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2004. p.180-216.
- HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- LAVINAS, L. *Excepcionalidade e paradoxo: renda básica versus programas de transferência direta de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- _____; GARSON, S. Gasto social no Brasil: transparência, sim, partipris, não! *Econômica*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.145-162, 2003.
- POCHMANN, M. *A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil. 2000.